

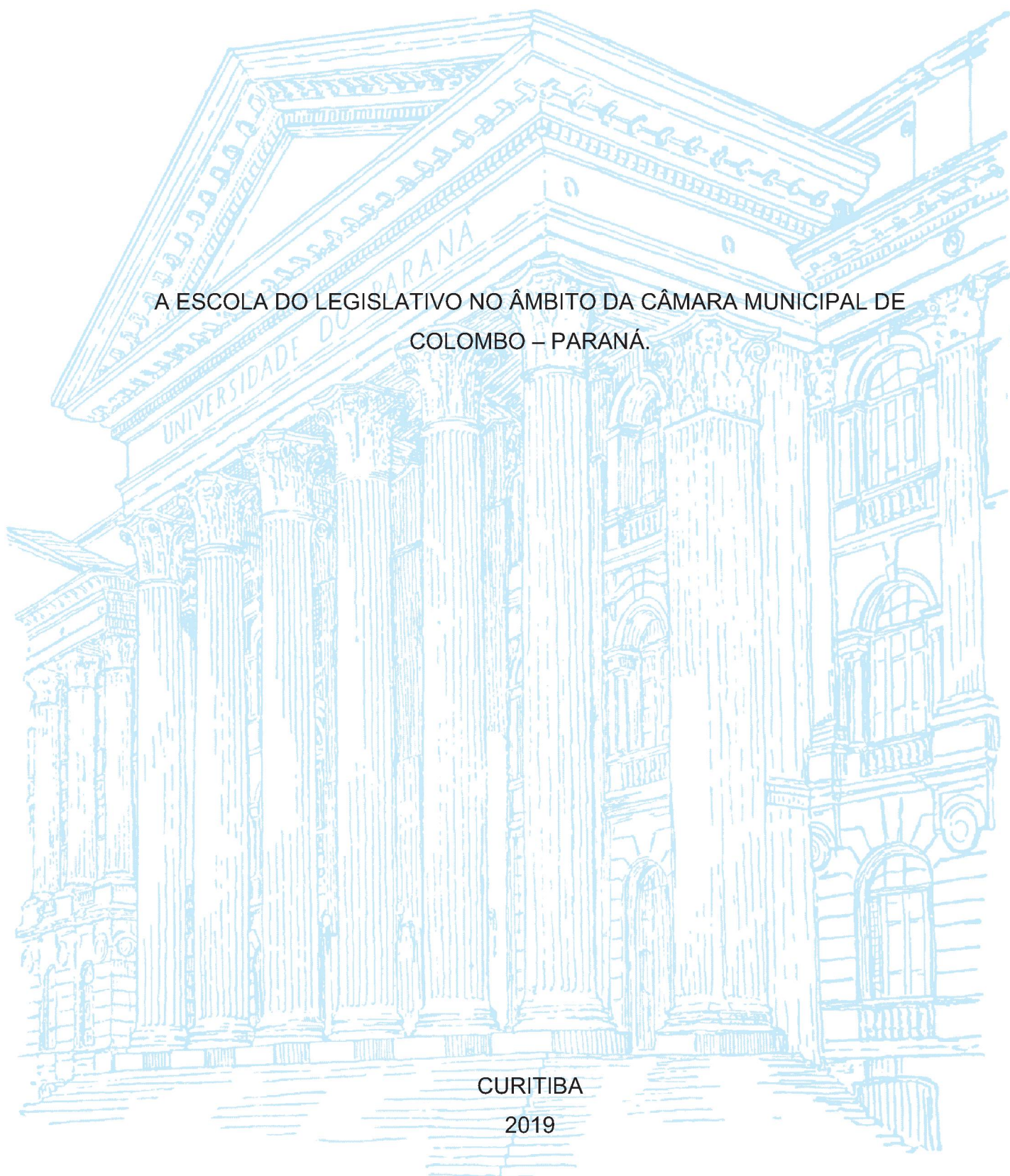
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL PAULO PAIVA FREITAS

A ESCOLA DO LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
COLOMBO – PARANÁ.

CURITIBA

2019



DANIEL PAULO PAIVA FREITAS

A ESCOLA DO LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
COLOMBO – PARANÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Prado Gimenez.

CURITIBA

2019

Dedico este trabalho à srta. Andreline Beira, que me presenteou com sua companhia, apoio, incentivo e orientação nesta jornada junto à UFPR.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a Deus, acima de tudo, e à minha família, sempre pronta a me apoiar.

Igualmente aos dedicados servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Colombo, onde a busca altruísta e constante pelo conhecimento, crescimento comunitário, pelos valores e princípios constitucionais é diária. Também pelas portas abertas para realização deste trabalho científico, sem quaisquer empecilhos, exceto minhas próprias limitações.

“Nunca forme uma opinião sem antes ouvir os dois lados.”

Luis Roberto Barroso – Jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

RESUMO

A intenção do presente trabalho é apresentar a problemática existente na Câmara Municipal de Colombo, quanto à ausência da implantação da Escola do Legislativo. Foram traçadas propostas e sugestões para viabilização deste instrumento de aprendizado que visa eminentemente aprofundar os conhecimentos dos servidores, agentes políticos e da própria comunidade.

Palavras-chave: 1. Poder Legislativo. 2. Escola do Legislativo. 3. Princípio da eficiência. 4. Administração Pública. 5. Conhecimento.

ABSTRACT

The intention of the present work is to present the problematic existing in the Municipal Council of Colombo, as for the absence of the implantation of the School of the Legislative. Proposals and suggestions were made for the feasibility of this learning instrument aimed at improving the knowledge of the employees, political agents and the community itself.

Keywords: 1. Legislative. 2. School of the Legislative. 3. Principle of efficiency. 4. Public Administration. 5. Knowledge.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA CÂMARA DE COLOMBO.....	22
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 19/1998 – PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. 12	
2.1.1 Do contexto histórico.....	12
2.1.2 Mudança de paradigma na Administração Pública Brasileira	13
2.2. DA INSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS DE APERFEIÇOAMENTO	16
2.3 DA ESCOLA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO – PARANÁ	18
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	21
3.1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO	21
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO	22
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	26
4.1 PROPOSTA TÉCNICA.....	26
4.1.1 Plano de Implantação.....	27
4.1.2 Recursos	28
4.1.3 Resultados Esperados	30
4.1.4 Riscos e Problemas Esperados X Medidas Preventivo-Corretivas.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional nº. 19 de 1998 promoveu profunda modernização no paradigma da Administração Burocrática vigente na estrutura pública brasileira, trazendo diversas normas que respeitam a eficiência, como regra na prestação dos serviços públicos.

O art. 39, §2º, da Constituição Brasileira, incluído através da citada Emenda, apresenta norma que determina que a União e os Estados “manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira”.

Este texto foi reproduzido simetricamente na Constituição Estadual do Paraná, de 1989, através da Emenda Constitucional nº. 07/2000, que alterou o §2º, do artigo 33, dando-lhe a mesma redação da Carta Magna.

Sendo assim, considerando a orientação constitucional e estadual, bem como os objetivos previstos pelo art. 4º, da Lei Orgânica do Município de Colombo, de 05 de outubro de 2005; mais de quinze anos depois, foi editada pela Câmara Municipal de Colombo, a Resolução nº. 94/2015, instituindo a denominada “Escola do Legislativo”, de âmbito local.

A norma dispõe expressamente que a pretensão da iniciativa é de: “aproximar o legislativo da comunidade e trabalhar para o fortalecimento da democracia por meio de projetos de educação política e de mecanismos de participação popular. ”

No texto da Resolução são mencionadas diversas atribuições do órgão, envolvendo aspectos técnicos, administrativos, promoção de ações educacionais, da cultura, formação, aperfeiçoamento, dentre outras.

Em que pese a criação por instrumento legislativo, até a presente data não foram editados os necessários “atos da Mesa Diretora”, ou qualquer outro documento para sua efetiva instalação na Casa, o que torna sem utilidade prática a Resolução editada, e prejudica o atendimento pleno das orientações oriundas da Reforma Administrativa de 1998.

Desse modo, não se sabe ao certo se por questões de resistência interna, política, excesso de formalismo, ou outros fatores, tal ferramenta, de grande relevância para a cultura organizacional, tem sido preterida na Casa.

O princípio constitucional da eficiência merece ser cotejado, dissecado e aplicado ao cotidiano das relações internas e externas da Administração Pública, uma vez que representa vetor de produtividade e a tônica da boa e moderna administração, com controle de resultados, meritocracia, supervisão e regras de *compliance*, tão em voga nos tempos atuais.

A implementação da Escola é capaz de promover transparência para a Administração, ampliar o contato com a comunidade, fortalecer as instituições públicas, bem assim, aprofundar o estudo de temas de interesse do município, objeto de proposições dos vereadores, e inúmeros outros benefícios oriundos do adequado estudo e aperfeiçoamento, em um ambiente propício, como o Poder Legislativo, que tem a busca do conhecimento como seu eixo principal.

Para os servidores, por exemplo, o acesso ao conhecimento através de cursos e grupos de estudo é fator impactante na motivação e produtividade, atraindo crescimento, valorização pessoal e profissional, e uma melhor avaliação dentro da Administração Pública, podendo ser adotado como critério de progressão funcional nas carreiras existentes.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente Projeto é relevante, pois trata da implantação da Escola do Legislativo no âmbito da Câmara dos Vereadores de Colombo, apontando pressupostos essenciais para que a Escola possa ter pleno funcionamento atendendo um mandamento constitucional e a textos normativos decorrentes.

Desta forma, trará benefícios no aprimoramento e conhecimento por parte dos usuários da Escola do Legislativo, onde servidores obterão instrução em diversos temas do seu dia a dia institucional; cidadãos poderão participar de cursos obtendo maior acesso às competências da Administração Pública; e, por conseguinte, toda a sociedade de Colombo é beneficiada com a atuação da Escola.

O aprofundamento na implantação da Escola também favorece o estudo dos mais variados temas, com possibilidade de aperfeiçoamento da Gestão Pública por parte dos agentes políticos, bem como, de criação de novas e modernas práticas para o ambiente municipal.

A temática não se restringe a cursos e palestras, mas a responsabilidades inerentes ao próprio Poder Legislativo, tais como a produção legislativa e a

participação popular, e o presente trabalho se justifica por ser o “primeiro passo” na efetiva implantação desta instituição.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos tratam dos propósitos a serem alcançados através do presente trabalho – projeto técnico, sob duas perspectivas: geral, de forma ampla; e, específica, privilegiando aspectos mais práticos e minuciosos.

1.2.1 Objetivo geral

Pretende-se a apresentação de elementos suficientes para efetiva implantação da Escola do Legislativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Colombo, no Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar a cultura organizacional do Poder Legislativo Municipal em sua estrutura, bem como, suas necessidades no que toca ao tema;
- Verificar a implantação da Escola do Legislativo, frente à legislação municipal existente, outros modelos da região, bem como, no Estado e no âmbito federal, explorando seu atual estado da arte, suas atuações e atores envolvidos, bem como a razão da sua não implantação até o presente momento;
- Organizar meios e elementos para sua implantação, recursos humanos e materiais necessários (didáticos, espaços físicos, dentre outros) e pautas essenciais ao aprimoramento de servidores, vereadores e da comunidade;
- Examinar os princípios e regras constitucionais envolvidas, em especial a eficiência, a publicidade e a supremacia do interesse público, com a necessária revisão bibliográfica;
- Trazer maior transparência e conhecimento das atividades legislativas para a comunidade e para o quadro de servidores, com possíveis ideias, sugestões, orientações, grupos de estudo, parcerias e outras formas de expandir o conhecimento existente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para o estudo em questão faz-se importante uma breve análise acerca do surgimento da “determinação” constitucional para instalação das escolas de aperfeiçoamento de servidores (art. 39, §2º, da Constituição Federal), com ênfase na Emenda Constitucional 19/98, que institucionalizou e erigiu ao patamar de regra constitucional, o princípio da “eficiência”, corolário da imprescindível modernização da Administração Pública brasileira.

A problemática, embora simples e objetiva, é fundamentada em orientação da Carta Magna que trata dos princípios aplicáveis ao Direito Administrativo e, por conseguinte, à Gestão Pública, relacionando-se diretamente com o Comportamento Organizacional, não podendo ser ignorada pelo ambiente acadêmico, nem tampouco pela organização interessada - o Legislativo Colombense, especialmente em face dos inúmeros benefícios dela oriundos.

2.1 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 19/1998 – PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

A partir da Emenda Constitucional nº. 19/1998, cria-se um ambiente favorável a disseminação de práticas modernas dentro das instituições públicas, levando à possibilidade de aprimoramento dos recursos à disposição da gestão pública, sejam eles matérias ou propriamente humanos.

2.1.1 Do contexto histórico

A Administração Burocrática, implantada efetivamente no Estado Brasileiro na era Vargas, com alicerce nos pensamentos do sociólogo alemão Max Weber, perde seu prestígio em face da crise estatal pós Período Militar, especialmente na década de 1990, com o intenso desaparelhamento estatal produzido pelo Governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, aliado à crise econômica e de descrédito reinante, originada nos períodos de hiperinflação.

A “burocracia”, geralmente utilizada como um adjetivo pejorativo e mal visto pela sociedade, era, a seu tempo, caracterizada por uma série de procedimentos administrativos que enfatizavam a legalidade dos atos, a impessoalidade das decisões, o profissionalismo dos agentes públicos e a previsibilidade da ação estatal, conforme cita Coelho (2014).

Para o pensador Weber ([20--], p. 67), a burocracia é, “tecnicamente, o meio de poder mais efetivo a serviço do homem que o controla”, e:

[A]dministrar um cargo, e administrá-lo de forma especializada, implica, geralmente, uma preparação cabal (...) Isto exige-se cada vez mais do executivo moderno e do empregado das empresas privadas, bem como exige-se do funcionário público. (WEBER, [20--], p. 11-12).

Assim, a estrutura engessada produzida pelas décadas de administração burocrática, com intensa procedimentalização de atos administrativos, excessiva hierarquia de cargos e postos no serviço público, verticalização das decisões, dentre outras situações decorrentes, passaram a acarretar desestímulo e baixa produtividade no ambiente público, visto comumente como local de ineficiência e de vastos privilégios.

Para Chiavenato (2003, págs. 258 e 283), em sua clássica obra introdutória da Teoria Geral da Administração:

A burocracia é uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos. As origens da burocracia remontam à época da Antiguidade.

(...) Uma cuidadosa apreciação crítica da burocracia leva-nos à conclusão de que, apesar de todas as suas limitações e restrições, a burocracia é talvez uma das melhores alternativas de organização, superior a várias outras alternativas tentadas no decorrer do século XX. O mais importante é que a Teoria da Burocracia deixou de lado a abordagem normativa e prescritiva para dedicar-se a uma abordagem descritiva e explicativa.

A mentalidade no final da década de 1990 é de imprescindível “desobstrução”, melhoria e agilidade do serviço público, questões essenciais para alavancar o Estado, aumentar sua produtividade, alcançar a satisfação popular e a melhoria nos serviços prestados.

2.1.2 Mudança de paradigma na Administração Pública Brasileira

A modernização do Estado Brasileiro é tema recorrente na literatura técnica e científica brasileira, assim, Souza (2016, p. 30), sistematizou três classificações para a força motora da mudança estatal:

A modernização se desdobra em três grandes tipos, todos com impacto sobre o papel do Estado: (a) social, na qual o Estado é pressionado pela sociedade a promover mudanças, ou seja, um processo que se desenvolve no sentido sociedade-Estado; (b) social via Estado, na qual as pressões para reformar a sociedade provêm do próprio Estado, ou seja, um processo que se desenvolve no sentido Estado-sociedade; e (c) do Estado, na qual o foco é a eficiência e sua expressão mais conhecida é a institucionalização da organização burocrática nos moldes preconizados por Weber, ou seja, um processo que se desenvolve no sentido Estado-Estado

Ocorre que, o Município é entidade federativa complexa, para Lenza (2011), trata-se de uma pessoa jurídica de direito interno e autônoma, dotado de autonomia própria, com capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.

Cada um destes conceitos deve ser de detida atenção e aprofundado conhecimento da parte dos servidores municipais, em especial do Legislativo, Poder incumbido de produzir a maior parte da legislação local.

Da palavra do citado jurista Hely Lopes Meirelles (2016, p. 643), observam-se as relevantes funções de uma Câmara Municipal, confira-se:

Como Poder Legislativo do Município, a Câmara de Vereadores tem a função precípua de fazer leis. Mas não se exaurem nessa incumbência suas atribuições institucionais. Desempenha, além da função legislativa e fiscalizadora, realçada pela própria Constituição da República (art. 29, XI), a de assessoramento ao Executivo local e a de administração de seus serviços.

Para o em. Ministro do Supremo Tribunal Federal, e jurista Gilmar Ferreira Mendes (2017, p. 901):

A atividade da Administração Pública deve ter em mira a obrigação de ser eficiente. Trata-se de um alerta, de uma advertência e de uma imposição do constituinte derivado, que busca um Estado avançado, cuja atuação prime pela correção e pela competência.

E arremata:

(...) pode-se concluir que o constituinte reformador, ao inserir o princípio da eficiência no texto constitucional, teve como grande preocupação o desempenho da Administração Pública. Por essa razão, sem descuidar do interesse público, da atuação formal e legal do administrador, o constituinte derivado pretendeu enfatizar a busca pela obtenção de resultados melhores, visando ao atendimento não apenas da necessidade de controle dos processos pelos quais atua a Administração, mas também da elaboração de mecanismos de controle dos resultados obtidos. (MENDES, 2017, p. 902-903).

Assim, buscar-se o aprimoramento em temas pertinentes ao trabalho diário dos servidores deve ser um dever do Estado, permitindo aos seus funcionários que atinjam suas metas e as pretensões da sociedade em si.

Em suma, diante de todo este contexto de necessidade de modificações na estrutura e aparelhamento da Administração Pública, o legislador, através da citada Emenda Constitucional nº. 19, de 1998, procedeu à chamada *reforma administrativa*, com a inclusão de diversos dispositivos na Constituição Brasileira de 1988, com o fito de fortalecer e incentivar a modernização do serviço público e seus agentes.

Da Exposição de Motivos desta Emenda, extraída da página virtual da Câmara dos Deputados, observam-se alguns pressupostos para a reforma constitucional, senão, confira-se o seguinte excerto:

Para este Governo, a reforma administrativa é componente indissociável do conjunto das mudanças constitucionais que está propondo à sociedade. São mudanças que conduzirão à reestruturação do Estado e à redefinição do seu papel e da sua forma de atuação, para que se possa alcançar um equacionamento consistente e duradouro da crise.

O revigoramento da capacidade de gestão, de formulação e de implementação de políticas nos aparatos estatais será determinante para a retomada do desenvolvimento econômico e o atendimento às demandas da cidadania por um serviço público de melhor qualidade. Além disso, o aumento da eficiência do aparelho do Estado é essencial para a superação definitiva da crise fiscal. (BRASIL. Câmara dos Deputados, 1995, não p.).

E adiante, esclarecem:

A revisão de dispositivos constitucionais não esgota a reforma administrativa, mas representa etapa imprescindível ao seu sucesso, promovendo a atualização de normas, concomitante à remoção de constrangimentos legais que hoje entravam a implantação de novos princípios modelos e técnicas de gestão. (BRASIL. Câmara dos Deputados, 1995, não p.).

Assim, a reforma administrativa, precipuamente, acrescenta ao art. 37, da Constituição Federal, a eficiência, como um dos princípios da Administração Pública brasileira, deixando o dispositivo com a redação que segue até a presente data:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A norma constitucional, vetor de todo ordenamento jurídico brasileiro, passa a consagrar formalmente um princípio que alcança a totalidade do Estado, seus agentes e processos internos, afetando de forma positiva a sociedade brasileira.

Pelo princípio da simetria, as Constituições Estaduais seguem a orientação Federal, e o Paraná reproduz o regramento, alterando seu artigo 27, em 10/12/2001, através da Emenda nº. 11, confira-se:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001)

Nas palavras do eminente jurista Hely Lopes Meirelles: “O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.” (2016, p. 105).

A função administrativa não pode restringir-se friamente a mera consequência da legalidade, mas deve produzir resultados satisfatórios para a sociedade, noutras palavras, deste princípio decorre o dever estatal da eficiência, com processos e procedimentos mais céleres (art. 5º, LXXVIII, da CF), seja através da tomada de decisões mais rápida, da responsabilização do servidor por processos intermináveis e retardados de forma injustificada, não atendendo os anseios da sociedade, nem tampouco suas necessidades mais básicas.

2.2. DA INSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS DE APERFEIÇOAMENTO

Desta forma, a Reforma Administrativa Federal passa a instituir textualmente diversas ferramentas que instrumentalizam o princípio da eficiência e, no que interessa especificamente ao presente estudo, o parágrafo 2º, do artigo 39, que dispõe:

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

A medida é objetiva no sentido de propiciar “formação” e “aperfeiçoamento” aos servidores públicos, sendo considerada, inclusive, requisito avaliativo para promoções de carreira.

Ora, um dos caminhos para instrumentalizar a “eficiência” no serviço público é o estímulo ao estudo e ao aprimoramento no conhecimento da função pública. Desse modo, a orientação da citada Emenda Constitucional no sentido de criação das Escolas de Aperfeiçoamento é ferramenta para atingir a finalidade do princípio constitucional da eficiência, possibilitando mais fácil acesso ao conhecimento por parte dos funcionários públicos.

Carvalho e Cavalcante (2015, p.18), destacam a importância da formação e capacitação do servidor público, nas seguintes palavras: “É notório que, quanto mais preparado, maior a propensão do servidor em desempenhar funções de alta complexidade, como também desenvolver competências múltiplas como liderança, por exemplo.”

E arrematam no exato sentido ora apresentado:

A despeito de a crescente demanda por qualificação no serviço público brasileiro ter se intensificado após o processo de redemocratização nos anos 1980, apenas em 1998 as escolas de governo passam formalmente a ser incluídas na Constituição Federal brasileira. A Emenda nº 19, de 1998, estabelece que os governos federal e estaduais devem manter escolas de governo com vistas à formação e ao aperfeiçoamento do quadro funcional. (CARVALHO e CAVALCANTE, 2015, p. 19).

No Estado do Paraná, vem disposto, com praticamente os mesmos dizeres da Constituição Federal, o §2º, do art. 33, erigido através da Emenda nº. 7, de abril/2000. E no art. 42, destaca-se a orientação de que o Estado promoverá o aperfeiçoamento físico e intelectual dos seus servidores, inclusive de suas famílias, com vistas ao bem-estar coletivo.

Em decorrência, escolas foram implantadas em diversos locais no Paraná, na Assembleia Legislativa, nas Câmaras de Vereadores dos municípios de Curitiba, Cascavel, Toledo, dentre outras.

Sem que se olvidem das instituições de maior relevância, que são as Escolas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que possuem diversos cursos de formação e extensão, e também agregam inúmeros trabalhos para formação de jovens e aproximação de estudantes com o Poder Legislativo.

A Associação Brasileira de Escolas Legislativas – ABEL, também desenvolve um projeto amplo pelo Brasil auxiliando nos trabalhos cotidianos e pedagógicos das Escolas, em todas as esferas, tendo iniciado suas atividades de fomento da iniciativa no ano de 2003, sob o incentivo do ILB – Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado Federal.

A ABEL também congrega Escolas de Tribunais de Contas e entidades parceiras na disseminação do conhecimento perante a sociedade brasileira, no caso do Paraná, TCE abriga a denominada Escola de Gestão Pública, com suas competências previstas no próprio Regimento Interno (art. 175-D – Res. nº. 01/2006).

A título de exemplo, observa-se que tal é o aprimoramento das Escolas no âmbito Federal, que a Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, apresenta programas de especialização e mestrado em sua Escola, presenciais e à distância, associados às cadeiras do Direito e das Ciências Políticas, o que enaltece a importância do presente estudo para a municipalidade e seus agentes públicos, de forma prática, ainda que guardadas as devidas proporções.

2.3 DA ESCOLA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO – PARANÁ

Diante de toda essa efervescência e da busca pelo melhor para o cidadão brasileiro, no âmbito do serviço público, a Câmara Municipal de Colombo, através da Resolução nº. 94, de 22 de abril de 2015, institui a Escola do Legislativo local, sob a autoria da Mesa Diretiva de então, com a Presidência do Vereador Waldirlei Bueno de Oliveira.

A justificativa do texto normativo, ainda que singela e concisa, diz que a iniciativa objetiva agregar e aproximar o legislativo da comunidade, trabalhando para: “o fortalecimento da democracia, por meio de projetos de educação política e de mecanismos de participação popular.” (COLOMBO. Câmara Municipal, Resolução 94, 2015, não p.).

A competência para apresentação da proposta é prevista no art. 25, IV, da Lei Orgânica do Município de Colombo (COLOMBO, 2005), e no art. 32, I e VII, do Regimento Interno da Casa (COLOMBO, 2005).

A Resolução possui quinze artigos, divididos em três porções: Dos Objetivos, Da Direção e Administração e Do Corpo Docente.

O legislador institui como atribuições do órgão, logo de início: “oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa, planejar, dirigir, controlar, coordenar, orientar e executar ações educacionais.” (COLOMBO. Câmara Municipal, Resolução 94, 2015, não p.).

Como agentes envolvidos, considera os vereadores, servidores, a comunidade escolar e outros segmentos da sociedade.

E como objetivos específicos, menciona:

- I - desenvolver atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cultural e profissional;
- II - desenvolver programas de formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de pessoal;
- III - realizar cursos, palestras, debates e seminários, inclusive em parceria com instituições científicas e educacionais;
- IV - realizar projetos de educação política visando ao exercício da cidadania;
- V - estimular e dar suporte ao desenvolvimento de projetos, estudos e atividades de pesquisa técnico-científica em cooperação com outras instituições de ensino;
- VI - editar publicações sobre temas de relevância para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, bem como as de utilidade pública;
- VII - promover permanente intercâmbio de informações e experiências com instituições públicas e privadas, em torno dos campos temáticos das comissões permanentes;
- VIII - integrar o Programa Interlegis do Senado Federal, ou o que venha a substituí-lo, propiciando a participação de Parlamentares, servidores e agentes políticos em videoconferências e treinamentos à distância;
- IX - promover o resgate e garantir a memória da Câmara Municipal e da nossa comunidade por meio da preservação, organização e busca ativa de materiais que corroborem para esse objetivo;
- X - realizar o Projeto Câmara Jovem e Câmara da Melhor Idade. (COLOMBO. Câmara Municipal, Resolução 94, 2015, não p.).

Na Direção, o Legislador optou por compor uma Diretoria com três Vereadores, um na função de Diretor e dois com atribuição de Conselheiros, sem remuneração específica para o cargo.

O artigo 11, dispõe que “[P]ara consecução de suas finalidades institucionais, a Escola poderá realizar ou patrocinar cursos, encontros, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações.”

E, por fim, reserva à Mesa Diretiva a edição de atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Escola.

Portanto, é evidente que o Município deu o passo “inicial” para operacionalização da Escola, contudo, até o presente, não foram editados os citados

atos, nem tampouco nomeados a Direção da organização, como adiante será pontuado.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Apresenta-se neste capítulo alguns detalhes essenciais da Câmara Municipal de Colombo, órgão objeto de apreciação da situação-problema existente, e sobre o qual se busca a devida modernização e eficiência perante a sociedade local, em especial, nas atribuições que lhe são conferidas pela Carta Magna brasileira.

Com base na análise do Legislativo de Colombo, apresenta-se a sua atual situação – estado da arte – com relação à necessária implantação da Escola do Legislativo em sua estrutura.

3.1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO

O Poder Legislativo Colombense é instituição antiga da municipalidade, atualmente composto por 17 (dezesete) vereadores, uma Mesa Diretiva preenchida por cinco deles, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º, 2º e 3º Secretários.

Também possui um total aproximado de 45 (quarenta e cinco) servidores, entre efetivos e comissionados.

Durante o período legislativo, realiza semanalmente sessões ordinárias, bem como, quando necessário, sessões extraordinárias e solenes, possuindo todo seu regimento devidamente estipulado em seu Regimento Interno e também na Lei Orgânica do Município.

Como finalidades constitucionais e legais, fiscaliza as atividades na municipalidade, em especial do Executivo - Prefeitura, e atua diretamente no processo legislativo local, dentre outras inúmeras atuações decorrentes destas primordiais.

Possui sede própria e um prédio anexo, ambos com instalações administrativas e gabinetes.

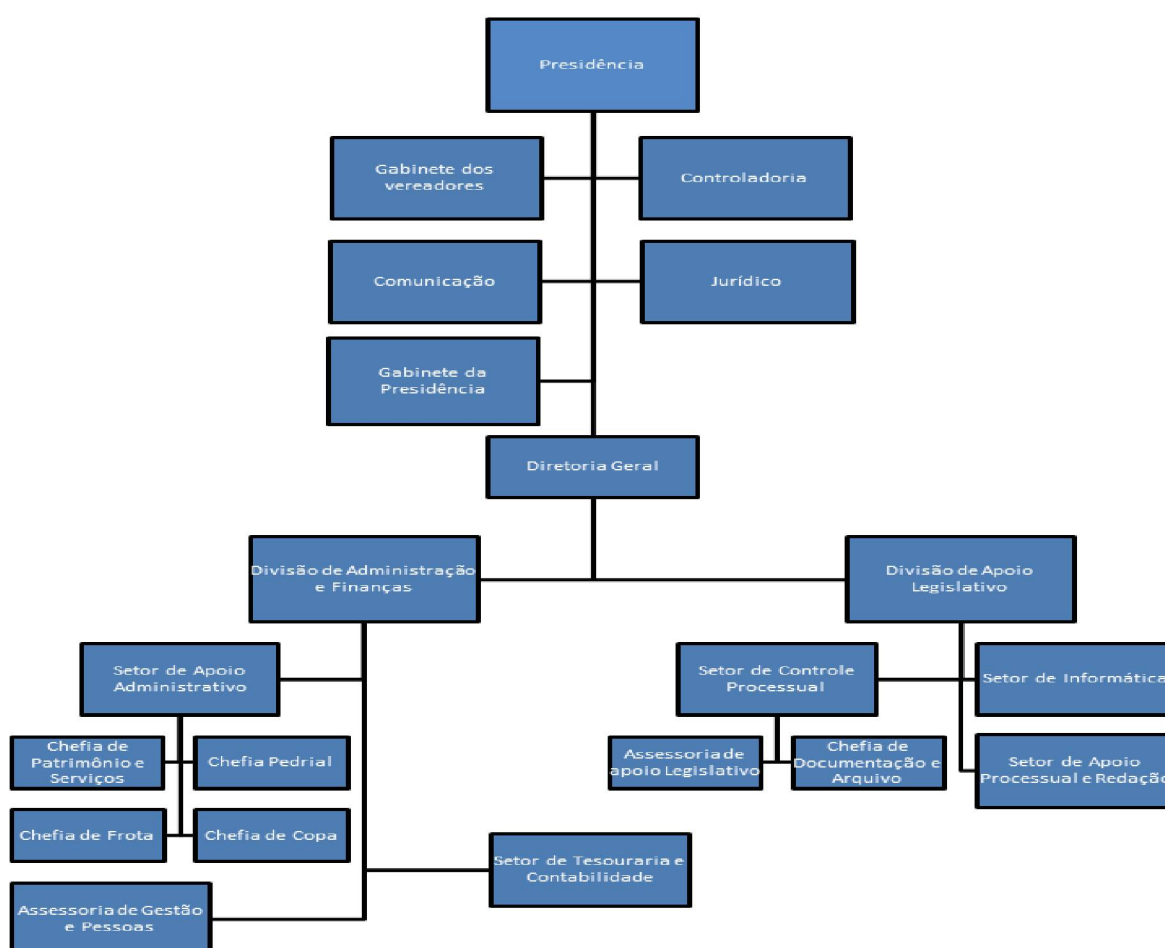
Seu orçamento anual é oriundo, basicamente, das arrecadações recebidas pelo Poder Executivo, nos percentuais previstos na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como outras normas legais.

Em média, recebe o valor mensal de repasse, conforme orçamento 2019 apresentado pela Contabilidade da Casa, de R\$ 1.369.583,00 (hum milhão,

trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e três reais), com habitual sobra de recursos ao final de cada exercício.

Sua cultura organizacional, no que toca especificamente à estrutura hierárquica, vem apresentada na página virtual da Câmara de Colombo, sendo que a Escola do Legislativo, como adiante proposta, deverá ser inserida num terceiro “ramo” abaixo da Diretoria Geral, conforme imagem atual do organograma da Casa:

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA CÂMARA DE COLOMBO



FONTE: Página Virtual da Câmara Municipal de Colombo (2019).

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

A situação encontrada é simples e objetiva. Em face da prática existente noutras Câmaras, bem como, no Legislativo das demais esferas, como mencionado

em capítulo acima, foi editada pela Câmara de Colombo, no ano de 2015, a Resolução nº. 94, instituindo a Escola do Legislativo na Câmara.

Contudo, o próprio texto prevê que serão expedidos atos da Mesa Diretiva da Casa para formação da direção e administração da Escola (art. 5º), bem como para o desempenho de suas atividades (art. 12).

Ocorre que, até o presente momento, quase quatro anos desde a publicação da norma, **não há estrutura organizada competente para iniciar as atividades pertinentes.**

A possível causa da tardança na edição dos atos normativos é a falta de planejamento administrativo para tal, sem a devida organização da estrutura administrativa da Câmara necessária para promoção de atividades de conhecimento, palestras, eventos e outras complexidades decorrentes do caso.

Nas palavras do atual Presidente da Casa, Vereador Vagner Brandão, que inicia seu segundo mandato como gestor, não houve tempo hábil para viabilizar a Escola, e o foco do biênio anterior foi corrigir outras emergências que havia no Legislativo Colombense, em prol da municipalidade.

Ressalta o problema da estrutura física e do quadro de servidores, que apenas a partir de 2016 é que contou com um considerável plantel de efetivos (concursados).

Afirma, ainda, que é interesse de sua gestão apresentar de imediato o que for necessário para implantação da Escola, sendo um de seus objetivos para o biênio 2019/2020, mas, para tanto, vai buscar adequações que entende necessárias na Resolução de 2015, em especial, maior participação dos servidores da Casa na estrutura organizacional da instituição.

A consequência do problema é a falta de aprimoramento e aperfeiçoamento dos atuais servidores da Câmara, inclusive dos próprios agentes legislativos, acarretando um atraso no processo de modernização e eficiência exigidos pelo próprio texto constitucional dos servidores públicos.

Ademais, torna ineficaz e vazia a norma criada, sem os atos normativos estruturantes e executórios do quanto necessário para encetar a Escola do Legislativo.

A situação aumenta o distanciamento da sociedade, bem assim, a participação popular, que poderia ser intensificada em fóruns promovidos pela Câmara através da instituição legal pertinente.

Como a maioria dos servidores efetivos da Casa é composta por “técnicos-legislativos”, é importantíssimo o constante aprimoramento dos concursados, para que possam produzir textos normativos e estudos mais apurados e adequados, em consonância com o ordenamento jurídico, e mesmo com a redação oficial.

Para a servidora Lucirene Cavassin (2019), Chefe da Divisão de Apoio Legislativo, e uma das servidoras há mais tempo no quadro da Casa, a Escola propiciará importante treinamento aos servidores, sendo fonte de conhecimento e aprendizado para todos (Informação verbal)¹.

A servidora atua diretamente nos Processos Legislativos, e também recebe diversas Escolas Municipais que costumam trazer seus alunos para visitar a edilidade como exercício da cidadania e formação estudantil, apresentando palestras e orientações aos menores acerca das importantes funções desempenhadas pela Administração Pública.

A medida, inclusive, é estimulada pela Lei Municipal nº. 986/2007, que criou o programa denominado: “A Escola vai à Câmara”, com o objetivo de envolvimento dos alunos do Ensino Fundamental e Médio no aprendizado das atividades desempenhadas pelo Legislativo.

Contudo, observa-se que tal esforço é praticamente isolado, sendo por ela realizado com a devida diligência, e o aval da Presidência, mas que poderia ser feito com ampliação da parceria com outras instituições e escolas locais, e mesmo com ministração de cursos e esclarecimentos noutros temas de interesse estudantil e da própria comunidade.

Nas palavras do jurista Hely Lopes Meirelles, a quebra do dever administrativo da eficiência configura inclusive sanção de improbidade administrativa (2017, p. 118), e esclarece:

A eficiência funcional é, pois, considerada em sentido amplo, abrangendo não só a produtividade do exercente do cargo ou da função como a perfeição do trabalho e sua adequação técnica aos fins visados pela Administração, para o quê se avaliam os resultados, confrontam-se os desempenhos e se aperfeiçoa o pessoal através de seleção e treinamento. Assim, a verificação da eficiência atinge os aspectos quantitativo e qualitativo do serviço, para aquilatar do seu rendimento efetivo, do seu custo operacional e da sua real utilidade para os administrados e para a Administração. (MEIRELLES, 2017, p. 117).

¹ CAVASSIN, Lucirene. Servidora comissionada da Câmara Municipal de Colombo.

Carvalho e Cavalcante (2015) destacam a atuação das escolas na provisão de cursos de pós-graduação para servidores, com o objetivo focado nas questões específicas da respectiva área em que atuam, dando ênfase a projetos de pesquisa e disseminação do conhecimento através das denominadas “boas práticas”, envolvendo e unificando a ciência da administração e políticas públicas.

Assim, evidente a necessidade de viabilização formal da Resolução nº. 94/2015, para que a Escola do Legislativo de Colombo, 8º maior município do Paraná, possa ter seu devido e constitucional funcionamento.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Nesta porção final deste Projeto Técnico, almeja-se viabilizar as primeiras linhas acerca da proposta de implantação da Escola do Legislativo, analisando-se na medida das informações existentes e obtidas, os recursos existentes e necessários, bem como, os resultados esperados acerca da sugestão apresentada.

Por fim, é importante uma análise, ainda que sem pretensão de ser exaustiva, acerca dos riscos de possível ocorrência, bem como da possibilidade de medidas de prevenção e correção em caso de ocorrência de futuros desvios do objeto inicialmente pretendido.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Inicialmente, a solução está atrelada à análise minuciosa da Resolução nº. 94/2015, da Câmara Municipal de Colombo – PR, que instituiu a Escola do Legislativo nesse ambiente.

A ideia é apresentar proposta de adequação da Resolução para as finalidades pretendidas, uma vez que será importante a boa vontade legislativa para convocação de servidores para as funções, especialmente efetivos, direção docente, bem como, espaço físico para realização de atividades.

Além desta averiguação, é imprescindível a alteração das seguintes Leis Municipais: 1) 1259/2012 - Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos do Poder Legislativo de Colombo; 2) 1448/2017 - Dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas no âmbito da Câmara de Colombo; 3) 977/2006 – Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Colombo.

Tais alterações visam adequar a estrutura da Casa para a atuação da Escola do Legislativo, com servidores atuando direta ou indiretamente na escola; bem assim, para provimento da gratificação pelo desempenho das funções, caso sejam cumuladas com outras atribuições de cargo diverso.

A modificação no Plano de Carreira é imprescindível, pois o próprio texto constitucional prevê a utilização das Escolas de Aperfeiçoamento como instrumento para aferição da capacidade dos servidores para fins de progressão funcional, portanto, imprescindível tal alteração legislativa.

Também são importantes inserções de orientações e garantias para a Escola no próprio Regimento Interno da Câmara, Resolução nº. 76/2015, dando a devida proeminência aos serviços prestados pela Escola, no seio do Legislativo.

As alterações legislativas citadas devem ser preparadas pela Assessoria Jurídica da Presidência da Câmara de Colombo, pois a competência originária para alteração da Resolução 94/2015 é da Mesa Diretiva.

Já a alteração do Regimento Interno, deve respeitar rigoroso processo legislativo, nos termos dos artigos 199-200, do atual Regimento, sendo, inclusive, sugerida a formação de Comissão Especial para outras eventuais adequações, com vistas a aproveitamento dos atos administrativos, bem como na economicidade e celeridade necessárias aos processos administrativos.

A alteração legislativa faz-se necessária em face do princípio da legalidade, que exige que a Administração Pública apenas faça aquilo que a legislação determina.

Vale lembrar:

A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (MEIRELLES, 2015, p. 93).

Assim, é essencial a adequação normativa para dar competência e liberdade na atuação e gestão da Escola do Legislativo.

Ressalte-se, por oportuno, que não se realizam tais alterações neste momento, pois são apenas sugestivas; ademais, a adequação normativa deve passar por tramitação específica na Casa, com debates acerca do texto, parecer de assessoria jurídica, comissões, bem como, eventuais emendas parlamentares.

4.1.1 Plano de Implantação

A implantação se dará em quatro etapas:

- 1) Alteração legislativa;
- 2) Tramitação dos processos legislativos;
- 3) Nomeação da Diretoria da Escola do Legislativo;

4) Elaboração do Regimento da Escola do Legislativo e Cronograma inicial.

A primeira fase é a elaboração dos textos normativos pertinentes, adequado ao entendimento da Presidência da Casa e da Mesa Diretiva, que assinará as propostas.

A segunda respeita a tramitação das alterações dos textos das Resoluções e dos projetos de lei pertinentes.

Com a legalidade atendida, passa-se aos atos da Presidência (Portarias), com nomeação das pessoas designadas para atuação direta e indireta na Escola do Legislativo.

As pessoas nomeadas se reunirão e produzirão o Regimento da Escola do Legislativo, bem como, o primeiro cronograma de atividades, de forma planejada e respeitando os princípios pertinentes do Direito Administrativo.

Para primeira fase, entende-se como razoável o prazo de 20 (vinte) dias; a segunda apresenta-se mais morosa, sendo necessária a tramitação por pelo menos 60 (sessenta) dias; as demais podem ser atingidas em dez dias cada uma.

Assim, em um prazo aproximado de 100 (cem) dias, podem ter início as primeiras atividades da Escola do Legislativo, atendendo-se as orientações do presente trabalho acadêmico.

4.1.2 Recursos

São necessários o provisionamento de recursos orçamentários, uma vez que os gastos públicos também respeitam diversos princípios pertinentes, em especial, a legalidade, a anualidade, a previsibilidade das despesas, dentre outros.

Portanto, será necessária a criação de rubrica específica para a Escola do Legislativo e seus gastos, com cursos, divulgação da programação, passagens de palestrantes e da remuneração dos servidores envolvidos, seja por salário ou por função gratificada.

Para o ano vigente, é possível a utilização das rubricas com “pagamento de pessoal”, e funções gratificadas, com o saldo existente. Por outro lado, os gastos com as despesas da implantação da Escola do Legislativo, podem ser extraídos de rubricas como “serviços de pessoa jurídica – terceiros”, “eventos” e “viagens de pessoal”, conforme abaixo discriminado.

Sendo assim, para 2019, é lícito o dimensionamento das atuais rubricas, uma vez que a atividade da Escola já é prevista em texto normativo anterior ao orçamento, e também atende às finalidades essenciais da Casa, ou, por outro lado, conforme entendimento do Jurídico local, pode-se provisionar a abertura de “Crédito Especial”, nos termos das regras de Contabilidade Pública (Lei nº. 4320/64), com utilização do saldo de outras rubricas (dotações orçamentárias) que possam ser reduzidas (anulação parcial) ou canceladas (anulação total).

Não obstante, apenas para atendimento de formalidade e adequação das rubricas, bem assim pelas regras de controladoria e princípios contábeis vigentes, para 2020, oportuno constar na Lei Orçamentária expressamente os gastos com a Escola do Legislativo, como um órgão dentro da estrutura vigente da Câmara de Colombo.

Acredita-se que um orçamento mensal, inicial, de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), possa ser suficiente para a Escola do Legislativo, montante que poderá ser utilizado, de forma sugestiva, nas seguintes rubricas e valores (mensais), apresentados apenas como orçamento, não necessariamente como custos fixos:

- 1) Despesas com imóvel locado: R\$ 800,00
- 2) Despesas com pessoal: R\$ 10.000,00
- 3) Despesas com objetos de uso comum e materiais: R\$ 1.200,00
- 4) Deslocamento de pessoal: R\$ 3.000,00
- 5) Despesas com serviços de terceiros (comunicação): R\$ 3.000,00

A locação de imóvel se deve à ausência de espaço adequado para as atividades da Escola, com liberdade e autonomia, podendo restringir-se a uma ou duas salas para os servidores e eventualmente uma sala de reuniões para o corpo docente (em que pese a pretensão da Presidência atual de realizar, em médio/longo prazo, a compra de um novo espaço, com a posterior construção de um novo prédio para a Câmara Municipal de Colombo).

As reuniões, aulas, seminários e palestras, conforme conteúdo, abrangência e frequência, poderão ser realizadas no IFPR – Instituto Federal local (via convênio), no plenário da Câmara, no salão da regional do bairro Maracanã, dentre outros espaços existentes no município com capacidade para comportar os eventos a serem realizados.

Especificamente em face das despesas com pessoal, sugere-se um Diretor responsável pela Escola, cargo comissionado oriundo dos servidores efetivos da Casa, com remuneração de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); e dois servidores com funções gratificadas (FG) tratando de assuntos pedagógicos e administrativos, cada um com FG de R\$ 2500,00 (dois mil e quinhentos reais).

As despesas com objetos de uso comum e materiais, tratam-se de itens de escritório, limpeza, livros, telefonia e internet, alimentos para *cofee-break*, dentre outros essenciais ao desenvolvimento diário dos trabalhos.

Também pode-se vislumbrar gastos iniciais para a instalação da Escola, tais como, livros para uma biblioteca, ar condicionado para salas, equipamentos de informática e comunicação, dentre outros a serem planejados e que certamente deverão atender todas as regras de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública (Lei nº. 8666/93 – Licitações).

4.1.3 Resultados Esperados

A partir da nomeação da Diretoria da Escola do Legislativo de Colombo, espera-se a iniciação das suas atividades, com elaboração de cursos para os servidores, obrigatórios e facultativos; seminários em conjunto com a prefeitura e outros órgãos locais; contratos de parceria com entidades como a ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, Tribunal de Contas do Paraná, Assembleia Legislativa, Câmara de Curitiba, IFPR – Instituto Federal do Paraná (com polo em Colombo-PR), OAB-PR, dentre outras entidades que agregarão conhecimento, seriedade e respaldo para a instituição.

Também será possível a realização de pesquisas a respeito de temas de interesse comunitário, fóruns para discussão de pautas legislativas, participação popular em debates e oficinas para os menos favorecidos.

Como uma das atribuições expressas da Escola é a oferta de “suporte conceitual de natureza técnico-administrativa”, é possível a convocação de equipes multidisciplinares entre os próprios servidores da Casa, e outros convidados, para debate de projetos de lei e alterações necessárias para auxiliar e aprofundar o entendimento dos agentes políticos acerca de determinados temas de interesse local.

Ademais, como a população é um dos focos da Escola, esperam-se resultados satisfatórios na participação e envolvimento da população, em suas diversas áreas. Para tanto, inclusive, podem ser feitas oficinas de atendimento ao público, mesmo em ramos diversos, tais como, artesanato, corte e costura, orientação familiar, dentre outras opções para envolvimento do povo e noções de cidadania.

A própria Diretoria, bem assim os servidores e vereadores poderão avaliar periodicamente as atividades da Escola do Legislativo, em formulários próprios, e com propostas para melhoria e adequação das pautas tratadas pelo órgão, o que ajudará a profissionalizar a sua atuação e o melhor atingimento dos seus objetivos.

4.1.4 Riscos e Problemas Esperados X Medidas Preventivo-Corretivas

Como muitas situações corriqueiras em um ambiente político, é possível que a influência política e o jogo de interesses prevaleçam, prejudicando o desenrolar da legalização e instrumentalização da Escola do Legislativo.

Várias demandas e situações práticas como a presente são trazidas aos órgãos públicos, seja ao Legislativo, ou outros entes, e são barradas, arquivadas, engavetadas ou obstaculizadas por interesses divergentes entre os parlamentares, em especial, por quem está na gestão.

Mesmo servidores públicos, em posição de chefia e assessoramento, tendem a retardar tramitações de projetos que são contrários a certas ideologias e pragmatismos defendidos, questão, infelizmente, visualizada rotineiramente em órgãos públicos, em franca violação aos princípios da razoabilidade, da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.

Também, pautas conflituosas, demandas mais urgentes e a falta de espaço físico na Câmara de Colombo são aspectos negativos para o enfrentamento da implantação da Escola.

Registre-se, ainda, o problema do “compadrio”, típico do sistema brasileiro, com a nomeação de pessoas em cargos de confiança e/ou com funções gratificadas por interesses alheios ao objetivo da proposta da Escola, apenas por troca de favores ou por alinhamento de interesses pessoais ou partidários, que poderá acarretar a ineficiência e falha no desenvolvimento do projeto ora proposto.

A pesquisadora, socióloga e antropóloga, Jeni Vaitsman, em artigo tratando de servidores públicos da área de saúde, assim concluiu:

(...) o setor público é percebido como um terreno onde predominam o apadrinhamento político, as relações de favorecimento pessoal e os privilégios que contornam as normas formalmente instituídas. Ou seja, não existe a crença de que a competência e o desempenho constituam sempre os critérios decisivos para as melhores posições no setor público, mas a de que, quando tais critérios existem, devem vir combinados com as “relações” certas. (2000, p. 45).

Tal situação, que deve ser frontalmente combatida, desprestigia os princípios da eficiência e da impessoalidade, atraindo pessoas sem escol e competência para atuação em áreas técnicas da instituição tornando praticamente inútil a instrumentalização de um órgão que deveria primar pelo desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento, da meritocracia e pelo bem efetivo da comunidade.

Para prevenção e solução de tais situações, é essencial que a atual gestão converse com cada Vereador, individual ou coletivamente, acentuando a importância da Escola do Legislativo, em especial, a origem constitucional do tema, bem como, a implementação para fins de ampliação da eficiência na Câmara.

Por outro lado, as medidas devem ser tomadas de forma isenta, com aprofundada análise nas competências do atual quadro de servidores, averiguando-se aqueles que possuem maiores aptidões para figurarem nos cargos de direção da instituição, sem que sejam colocados cargos comissionados, mas apenas funções gratificadas.

Há também um risco, também preocupação do Presidente da Câmara de Colombo, quando em diálogo com ele, que é a ausência de participantes e a forma de “participação” de servidores e da sociedade nos eventos planejados.

Certamente este é um problema a ser enfrentado, especialmente em uma cidade como Colombo, que possui grande extensão territorial, mas poucas pessoas vivendo na região central, sendo a maioria na zona rural e em bairros populosos mais afastados.

Ademais, há uma cultura de desinformação e de indiferença com relação a temas políticos e de cidadania, o que poderia atrair a baixa frequência aos cursos propostos.

A solução deveria ser estudada sob diversas ferramentas, em especial, enfoque na divulgação e nos benefícios oriundos da participação nos eventos. Alguns podem ser mandatórios, como para servidores e do envolvimento das escolas públicas, contudo, o importante é a conscientização e promoção de eventos de interesse geral, com ênfase em necessidades pessoais da comunidade colombense.

Futuramente, poderá ser realizado concurso público com cargos diretamente relacionados com as necessidades da Escola do Legislativo, afastando-se as nomeações com gratificações, e criando quadro específico para a instituição.

Por fim, registre-se que é essencial colocar em funcionamento a Controladoria interna da Casa para que estimule a participação da Escola, fiscalize-a e também evite que “poderes” adversos atrapalhem sua implementação e futura atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema, buscou realçar a importância do princípio constitucional da “eficiência” no âmbito da Administração Pública, em especial após a edição da Emenda Constitucional 19/98, que trouxe à tona as Escolas de Aperfeiçoamento para aprimoramento de servidores e instrumento de avaliação e progressão funcional.

Na Câmara dos Vereadores de Colombo, foi editada apenas em 2015, a Resolução nº. 94, que criou a Escola do Legislativo de abrangência municipal.

Contudo, desde a sua edição, não foram produzidos os atos necessários para sua implantação, restando sem efeitos a citada norma, até a presente data.

Assim, atendendo o objetivo geral proposto neste Projeto, foram sugeridas medidas a serem implementadas, suficientes a propiciar o início das atividades da Escola de Colombo, com adequação da estrutura hierárquica da Câmara, disponibilização de servidores efetivos, funções gratificadas, obtenção de corpo docente, sugestão de elaboração de cronograma de atividades, parcerias e outras ferramentas a fim de viabilizar a eficácia da Resolução expedida naquela edilidade.

Também dentre os objetivos pretendidos, de forma específica, visualizou-se a cultura organizacional existente no Poder Legislativo local, em especial através de sua estrutura organizacional, estando plenamente demonstrada a legislação existente acerca do tema, o atual estado da arte, e as razões da não implantação até o presente momento.

Importante destacar que a não realização de tais medidas é flagrante ofensa à probidade administrativa, uma vez que favorece uma prestação ineficiente de serviços públicos, por servidores desmotivados e despreparados, com consequências francamente adversas, mantendo um inaceitável distanciamento entre o Poder Público e a comunidade local.

No âmbito da proposta, foram apresentados os recursos necessários, ainda que na forma de uma proposta embrionária, posto que exigiria minucioso estudo multidisciplinar para efetivo alinhamento dos objetivos da Escola com a realidade existente no Legislativo colombense.

Por fim, devem ser evitados os riscos apontados acima, neste trabalho e, caso constatado algum deles, poderá ser objeto de ampla discussão e debate no

seio do Legislativo local, sempre privilegiada a publicidade e transparência dos atos realizados pelo Poder Público.

Para novos trabalhos, será importante a discussão das pautas vigentes na Escola do Legislativo e a avaliação de seu efetivo trabalho no implemento de melhores condições de treinamento para os servidores, aproximação da comunidade com a Casa e discussão de temas e parcerias relevantes para o desenvolvimento local e, quiçá, até mesmo da Região Metropolitana de Curitiba.

REFERÊNCIAS

ABEL – **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO E TRIBUNAL DE CONTAS**. Disponível em: < <https://www.portalabel.org.br/> >. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/> >. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Legislação Federal**. Brasília, DF, 23 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. **Senado Federal**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/hpsenado> >. Acesso em: 07 jan. 2019.

CARVALHO E CAVALCANTE, Paulo, Pedro. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(1):1-26, jan. - fev. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis. UAB, 2014.

COLOMBO. **Câmara dos Vereadores de Colombo**. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2018

COLOMBO, **Lei Orgânica Municipal**. Colombo, PR, 05 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

COLOMBO. **Resolução nº. 76, de 13 de dezembro de 2005**. Dispões sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Colombo. Colombo, PR, 13 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

COLOMBO, **Resolução nº. 94, de 22 de abril de 2015**. Institui a Escola do Legislativo na Câmara Municipal de Colombo e dá outras providências. Colombo, PR, 22 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.camaracolombo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CURITIBA. **Câmara dos Vereadores de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADUREIRA, Cesar. A formação profissional contínua no novo contexto da administração pública: possibilidades e limitações. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 39(5):1109-1135, set.- out. 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direitos Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MENDES e BRANCO, Gilmar Ferreira e Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PARANÁ. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/escoladolegislativo/quem-somos>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba, PR: Assembleia, 1989. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SANTOS, Maria Paula Gomes. **O Estado e os problemas contemporâneos**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis. UAB, 2014.

SILVA, Moacir Marques de. **Lei de responsabilidade fiscal: enfoque jurídico e contábil para os municípios**. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(1):27-45, jan. - fev. 2017.

VAITSMAN, Jeni. Gerencialismo, cultura e expectativas entre servidores públicos de saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 35(1):29-47, Jan.-Fev. 2001.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 50(6):913-936, nov.-dez. 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, Max. **O que é burocracia**. Conselho Federal de Administração. Brasília. 20---. Disponível em: <<http://bluehost1.cfa.org.br/wp->

content/uploads/2018/02/40livro_burocracia_diagramacao.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.